

ATA Nº 739/2024

Iniciada a SESSÃO ORDINÁRIA de 08 de julho 2024, o Presidente abriu a referida sessão: Boa noite a todos que nos acompanham nesta noite, colegas vereadores, assessores da casa, ao Cleiton Boff que se faz aqui presente, sejam todos bem-vindos. Senhores vereadores, com a proteção de Deus e nos termos previstos no regimento interno desta casa, eu declaro aberta e instalada a presente sessão ordinária. Está em discussão a ata número 737 de 2024, da sessão ordinária realizada no dia 24 de junho de 2024. Não havendo manifestações, coloco em votação a ata da sessão anterior. Quem estiver de acordo permaneça como está, quem for contrário que se manifeste. Ata aprovada por unanimidade. Informativos da Câmara Municipal de Vereadores. Solicita o secretário administrativo que efetue a leitura dos informativos. Boa noite a todos. Protocolamos dois projetos de lei, oriundos do Poder Executivo Municipal, da seguinte forma. O projeto 23, que estabelece a lei de diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e das outras providências. E o Projeto 24, também, que revoga a Lei Municipal 1654, de 31 de 10 de 2022, e das outras providências. Então, esses projetos foram distribuídos aos vereadores, estando inserido na pauta da presente sessão da hora do dia, somente o Projeto de Lei nº 24, sendo que o Projeto 23 será apreciado e votado na próxima sessão. Eu passo novamente a palavra para o presidente para dar prosseguimento. Grande expediente. Convoca o secretário da mesa diretora, vereadora Edmar, para que tome as inscrições ao grande expediente desta sessão ordinária. Boa noite, senhor presidente, colegas, Clayton Boff, que está presente aqui, pessoal de casa, que nos assiste. Vereadora, auxilie Stephanie. Não. Vereador Altemir Domingos Suzin. Não. Vereador Belchior Teston. Não. Vereador Edimar Corso, não. Vereador Marcelo Corso. Não. Vereador Valdecir Schenatto. Não. Vereador Vilmar Manica. Sim. Assunto? Diversos. Vilmar Inácio Pelin. Não. Alguma inscrição, senhor presidente? Obrigada, vereadora Edmar. Passo a palavra, então, para o vereador Vilmar Mânica. Obrigado, senhora presidente, nobres colegas, funcionários da casa, quem está presente aqui e quem nos assiste pelo Face. Meu boa noite. Hoje, na ação anterior, não consegui responder a dois vereador, mas nessa vou ter a oportunidade de responder. Vou começar aqui pela direita. A senhora sabe, presidente, que eu não gosto de lembrar o passado. Nós temos que lembrar o presente e o futuro. Mas, como os vereadores falaram, eu vou ter que responder. É o Schenatto. O vereador Schenatto, por duas vezes, três vezes, falou aqui de um bueiro, lá na Vila Vitória. Isso é papel do vereador solicitar o serviço. Só que nós Fizemos vários serviços, e o senhor vereador disse que foi no primeiro ano de mandato que fez a indicação, desse mandato. Só que não lembra que o senhor ficou três anos e meio e não conseguiu fazer, então o secretário não faz tudo. O secretário não faz tudo, então tá bom, mas é só pra responder isso aí. Enquanto o vereador, agora eu vou passar o Alcir, até se quiserem, depois. Eu. Sei da palavra também. O governador Wallace, por duas oportunidades, pediu para que o prefeito enviasse um projeto para cinco horas máquina para os agricultores. Eu acho de grande valia. Só que cinco horas máquina ainda é pouco. Se vier um projeto de dez horas ou cinco horas, a gente aprova. Só que, lembrando, em 2018, quando o prefeito era o Cláudio, veio um projeto, e eu tenho aqui na mão, até nem tão passando pra cá, eu tenho aqui na mão, de 2018, aonde nós estávamos aqui, eu, o Alcir, o Ferpa e o Belchior, veio um projeto de cobrar

hora-máquinas. E eu e o Jonas fizemos uma emenda nesse projeto. Pra que pudessem dar 10 horas-máquina por ano pro agricultor, e cinco horas máquina pros da cidade. Que não era justo os agricultores colher, pagar seus impostos e não ter um benefício. Então, nós quatro votamos o projeto contra, e a emenda nossa, que seria de dar dez horas máquina pro agricultor e cinco pra cidade, a emenda foi votada contra. Os cinco vereadores, eu tenho aqui ó, tenho a ata aqui, se alguém quiser, tá aqui. Nós votamos, quem votou a favor da emenda, eu, o Belchior, o Zé e o Jones. E essa emenda quem fez fomos da bancada progressista junto com o Jones. Então, agora vim pedir cinco horas, eu acho pouco até. Só que o problema nós temos que ver assim, quando nós temos no poder, nós falamos uma coisa, e quando não temos, nós falamos outras. Então, eu acho ruim. Eu, qualquer projeto que vier aqui, essa casa, que for pro bem da população, independente de quem é o gestor, eu vou votar a favor sempre. A gente não pode votar contra. Então, lá atrás, os agricultores podiam ter dez horas máquina e nas cidades cinco. E foi votada, a oposição votou contra. Na época era a situação. E nós votamos a favor e foi derrubada a emenda. Era isso, senhores. Obrigada vereador Vilmar. Passo agora para a ordem do dia. Projeto de lei 24 de 2024 de 1º de julho de 2024 que revoga a lei municipal número 1654 de 31 de 10 de 22 e da outras providências. Relator vereador Marcelo Corso com a palavra o relator. Boa noite, presidente, colegas vereadores, cumprimentar as pessoas que nos acompanham aqui na casa. Minha saudação às pessoas que nos assistem através do Facebook da Câmara de Vereadores. Projeto de Lei nº 24, de 2024, revoga a Lei Municipal nº 1.654, de 31 de 10 de 2022 e da outras providências. Ulisses Cecchin, prefeito municipal de Ibiaçá, do estado do Rio Grande do Sul, no uso das suas atribuições que lhes são concedidas pela legislação em vigor. Faço saber em cumprimento ao disposto na lei orgânica do município que enviou para apreciação do Poder Legislativo Municipal o seguinte projeto de lei. Artigo 1º. Fica revogada a Lei Municipal nº 1.654, de 31 de 10 de 2022. que autoriza o Poder Executivo Municipal a receber imóveis com encargos e dar outras providências. A justificativa do projeto. Pelo presente, encaminhamos o projeto de lei em apenso para ser analisado e votado por essa casa legislativa. Justificamos tal proposição em virtude dessa lei estar divergindo com o disposto no Decreto Municipal nº 2299, de 17 de julho de 2023. Então, a lei 1654, que autorizava a prefeitura a receber aqueles terrenos ali embaixo aonde vai ser o camelódromo da igreja ali, então tem a lei e tem um decreto. Então, a partir de agora vai ficar valendo apenas o decreto, que é praticamente a mesma coisa, só com algumas especificações a mais aqui. Então, sou favorável ao projeto e peço para que os colegas também sejam. Obrigado, presidente. Obrigada, vereador. Mantenha em discussão o projeto. Com a palavra, o vereador Belchior. Muito obrigado, senhorita presidente. Título de esclarecimento, até nós comentávamos hoje à tarde a respeito desse projeto de O que que acontece? A Lei Orgânica Municipal, ela já concede ao Executivo a competência para decretar imóveis como de utilidade pública e, portanto, fazer desapropriação. Ele não exige uma edição de uma lei para cada caso. Nós temos a lei maior, a Lei Orgânica Municipal, que autoriza, aliás, não só autoriza, como dá esse poder ao Executivo, no artigo 61 da Lei Orgânica Municipal ele vai dizer, compete privativamente ao E aí ele traz o inciso 7, declarar a utilidade ou a necessidade pública ou do interesse social e local de bens para fins de desapropriação e serviços administrativos. E antes disso até, no artigo 6º, ele diz, compete ao município, no exercício da sua autonomia, desapropriar por necessidade, utilidade pública ou por interesse social nos casos previstos em lei. Então, nós já temos esta previsão de que a desapropriação é feita

via decreto. Então, nós temos o decreto, esse que o relator mencionou, que prevê a desapropriação. Então, essa lei, na verdade, ela é uma lei morta. Ela não tem o porquê dela existir. Então, por isso, dá proposta de revogá-la. Obrigado, senhorita presidente. Obrigada, vereador Belchior. Mantém em discussão o projeto. Com a palavra, vereador Vilmar Inácio. Obrigado, senhor presidente. Boa noite, meus colegas. Pessoal de casa que nos ouve pelo Facebook, nos assiste, meu boa noite. Só pra complementar o que o Belchior falou, que realmente a gente discutiu hoje de tarde esse projeto no nosso grupo do WhatsApp, e além do que a Câmara, a lei orgânica já dá essa autoridade ao prefeito municipal de se apropriar, também tinha no artigo segundo dessa lei que o município ia pagar pelos terrenos e imóveis com a devida pavimentação nos termos do programa participativa, pavimentação participativa. E o registro de imóveis não aceita que seja uma doação. Ou ter uma contrapartida do município. Tem que ter uma avaliação, nem que seja R\$ 15, R\$ 20, R\$ 1.000, R\$ 100.000, E a pessoa que está perdendo esse imóvel, ela tem que receber. Então também, por esse motivo, essa lei tinha que ser revogada, porque ela tinha esse dispositivo também que o cartório não aceita mais, se não for de forma onerosa. Obrigado, presidente. Obrigada, vereador Vilmar. Mantenha em discussão o projeto. Então, não havendo mais manifestações, coloco em votação o projeto número 24, Quem estiver de acordo permaneça como está, quem for o contrário que se manifeste. Projeto aprovado por unanimidade. Prosseguindo, então, vamos seguir o nosso cronograma para a disposição dos líderes de bancada. Líder de bancada do PDT? Líder de bancada do PP? Eu vou falar um momentinho, senhora presidenta. Eu ia colocar na exposição de motivos, mas é só simplesmente por uma questão de haver uns boatos e haver um esclarecimento. Que hoje me falaram qualquer coisa que o vereador Chiquinho estava sendo contra o assalto lá da Vila Nova. Então é só para desmentir isso, que pelo contrário, eu sou um dos que luta lá pelo pessoal da Vila Nova, inclusive foi um que trouxe ali a diretoria lá da Vila Nova, o Jairo, pra conversar com o prefeito, lá no começo da administração ainda, e conseguimos obras importantes lá na vila. Não tudo o que é necessário, mas conseguimos obras importantes. Nós conseguimos dar uma reforma no salão, foi pintada a quadra lá do salão, da vila, e mais o pessoal lá da própria vila, que ajudaram a pintar a quadra, que ficou muito bonita. Também fizemos uma vedação nas goteiras, não foi solucionado ainda 100%, porque não é fácil localizar as goteiras, mas já foi feito esse trabalho de... de vedar as goteiras. Colocamos corrimão ali no acesso ao posto de saúde, demos acessibilidade pelo lado lá, onde a rampa... o terreno não favorece, então a rampa era muito íngreme pro pessoal de idade subir ali, colocamos corrimão pra auxiliar, pra quem pode, mas pro pessoal de mais idade fica difícil, a gente fez um acesso lá pelo lado. Demos uma ajeitada no campinho, que ficou muito bom, no campinho colocamos areia, areia bonita, areia limpa, E pra deixar registrado, antigamente a areia que servia ali pro campinho era a areia descartada lá na cancha de laço. Então o que era descartado pra boi e cavalo se colocava no campinho pra gurizada jogar bola. Trocamos as lixeiras de lado, as lixeiras estavam pro lado de cada casa, o lixo também trazia moscas. Fizemos esse pedido pro prefeito, colocamos as lixeiras pro lado de lá, Fizemos uma nova parada de ônibus, aquela parada de ônibus estava caindo, também por sugestão minha, pedi pra que a parada de ônibus ficasse pro lado de cá, porque as crianças, quando desciam do ônibus, tinham que atravessar a rua. Agora não precisam mais, a parada do ônibus é do lado das casas. E agora, quero dizer que sim, nós vamos fazer no asfalto. Se for possível, a gente vai fazer na vila inteira. Mas se não for possível, pelo menos na rua principal. Essa vez a

gente não vai fazer dentro do mato para boi e cavalo. Essa vez a gente vai fazer para o pessoal da Vila Nova. Obrigado, presidente. Obrigada, vereador. Vereador do PT. Senhora Presidente, colegas vereadores, público que se encontra nesta casa, nosso assistente, quem nos assiste pela rádio. Então, só para motivo de esclarecimento, quando o Chiquinho fala que saiu o asfalto para Cavalo só, mas saiu para o povo também, Chiquinho. Nós vamos para Vila por asfalto. Eu sou de lá de baixo, eu passo para ir para casa até um bom pedaço de asfalto, e estava no mesmo projeto. Então, ou fazer todo ele ou não fazer, nós optamos naquela vez em fazer todo ele. E claro que tem que fazer toda a vila de novo e a gente sempre trabalhar. Dizer também aqui para o nosso colega que a gente aqui vem pedir alguma coisa, né Mânica, e a gente vem perguntar porque passa um e passa outro, o cara não consegue fazer tudo. Se nós, só nós, quando nós era secretário, eu, você, depois eu fui com você e fui com Mânica também, se a gente tivesse feito, com Mânica não, com o FERPA e com Mânica, com os dois secretários, eu era secretário da agricultura, se nós tivéssemos feito tudo naquela época, Hoje não precisava nós estar aqui fazendo. Então eu sempre digo que passa uma lição, passa outra e sempre vai sobrar bastante coisa para a próxima que vem. Que nem essa não vai fazer tudo o que a gente perguntou. Graças a Deus uma indicação que nós fizemos no Ponte Santa Bárbara agora está saindo. Acompanhei no sábado também o serviço. Era um anseio da população, então a gente também perguntou duas vezes daquilo lá aqui. E quanto ao projeto das Horas Máquina, que a gente fez lá no ano de 2018, quando nós coloquemos cinco horas hora máquina e cobrando essas horas máquina. porque a prefeitura, eu achei que era, e no projeto que tinha, era cobrar 50% do valor. Então a gente cobrava 50% do valor de uma máquina particular, de 40, 50%, que eu não lembro hoje bem certo quanto é que era, pode até alguém corrigir. Então era cobrado e era feito para todos no município. Então a gente fazia, o cara se inscrevia, ia lá e o pessoal pagava 50% do valor da hora máquina. Quando mudou a onda, o mesmo secretário e vereador hoje, Manica, disse que não ia mais cobrar hora máquina. Que era contra de cobrar horas máquina. Então eles foram parados de cobrar. Só que no sistema, eu penso que a gente passava pra todo mundo que se inscrevia. E hoje dizer que horas máquina não. No tempo do secretário Manning também. Acontecia onde uma máquina podia trabalhar dois ou três dias numa propriedade sem cobrar, e depois ia numa outra propriedade pra outro cara, podia no fim de semana e cobravam mais do que 50% do valor de uma hora máquina particular. Então eu acho que isso também não é uma coisa certa, que acontece até hoje. Eu lembro, também nas regiões aí que me diziam, dois três dias de graça e daí depois o cara pagava um fim de semana pagava mais da metade do valor de uma hora de máquina particular e esse dinheiro não entrava na prefeitura. Então cada um tem um jeito de fazer. Eu penso que isso não é o certo para um ter graça e para outros cobrar e o dinheiro também não entrar nos cofres da prefeitura. Então isso é só para esclarecer, sabendo que hoje O trator agrícola, esse é cobrado para pequenos agricultores, para o pessoal do leite. Sei que o pessoal paga a hora máquina do trator quase o valor cheio para fazer. Então se fosse as horas de máquinas para todos de graça, nem para esses produtores de leite e coisa, e o trator agrícola também deveria ser de graça. Mas é uma coisa da administração que acho que a gente não entra muito em detalhes. Mas então é isso que eu só queria colocar. Que nós fazíamos isso, cobrava metade do valor, e fazia para todo mundo. E hoje é por isso que eu fiz o projeto aqui para dar essas 5 horas de máquina por causa de um ano que foi muito ruim para a agricultura, muita chuva, então estragou. E eu pedi essas horas para passar para todo mundo,

fazer 5 horas para cada agricultor lá. Não hoje saber que pode ter agricultores aí que estão recebendo dois dias de serviço e outro agricultor vizinho não está recebendo nada. Então isso é só para esclarecer para a população também e responder ao vereador também que ele disse que se nós quisesse falar era para pegar a palavra. Eu não peguei na hora mas agora como sou livre de bancada para esclarecer isso. Obrigado presidente. Obrigada, vereador Alcir. Então, para complementar aqui a fala do vereador Chiquinho sobre as modificações que fizeram na Vila Nova, deixando claro que também a gente teve uma emenda do deputado Afonso Motta de 100 mil reais, 70 mil a gente tinha destinado para que fosse usado na Vila 9 e 30 mil no posto de saúde da Vila Vitória. Então, também para deixar claro aqui. Outra questão sobre essas horas máquinas, como vocês colocaram aqui, que na administração passada foi feita essa indicação pelo vereador Mânica, Jones e Belchior, a emenda do projeto. Então, acho que a gente tem ainda o restante do ano, talvez, para que venha um projeto para essa casa e todos aprovem 10, 5, pela questão, mas para os próximos mandatos, que venha para privilegiar o pessoal do interior, e da agricultura. Então, era isso. Para finalizar, não havendo mais nada a tratar nesta reunião, declaro encerrada a presente sessão ordinária, agradecendo a presença de todos e informando a todos que a próxima sessão ordinária será realizada no dia 29 de julho, conforme o calendário das sessões. Agradecemos a presença de todos que nos acompanharam nesta sessão.

Ver. Edimar Corso
Secretario da Mesa Diretora

Ver. Diana Germiniani
Presidente da Mesa Diretora